

PÓS-PARTO

Factores culturais interferem no registo de nascimentos

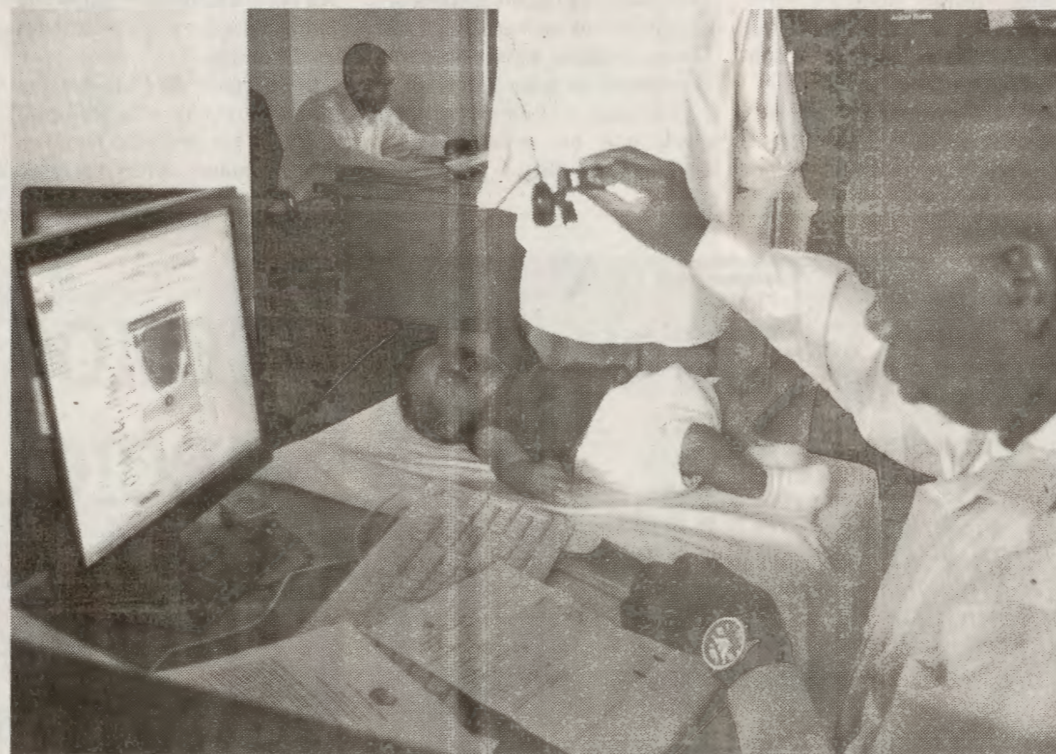
potências
Sociedade
27.05.2018
05
29.7.15

O VICE-MINISTRO da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, Joaquim Veríssimo, admitiu quarta-feira em Pemba, Cabo Delgado, que factores socioculturais que proíbem a progenitora de atribuir nome aos filhos logo após o parto, interferem no sucesso dos postos de registo instalados em unidades sanitárias do país.

Falando na abertura do IX Conselho Nacional dos Registos e Notariado, uma unidade orgânica do Ministério da Justiça que superintende e coordena estes serviços, Veríssimo destacou que em virtude do constrangimento acima mencionado, tem sido fácil levar a bom termo o processo de massificação dos registos de nascimento.

Avançou que ao longo do ano passado foram registadas 386.400 crianças de 0 aos 5 anos, graças às campanhas de registo de nascimento realizadas na Semana Nacional de Saúde, contra as 500 mil inicialmente planificadas.

Reconheceu que o sector que dirige ainda não dispõe de dados estatísticos que permitam saber o número de crianças e adultos não registados no país. Assegurou,



Nos hospitais foi instalado um serviço de registo de bebés recém-nascidos

no entanto, que com a informatização dos serviços de registo civil, através dos quais com um simples SMS cada moçambicano poderá estar conectado a uma

central de dados e assim notificar um nascimento, óbito, entre outros actos, a situação poderá melhorar significativamente.

A IX Conferência Nacional dos

Registos e Notariado, que arrancou quarta-feira na cidade de Pemba, termina hoje.

O encontro visa, entre outras coisas, discutir as circunstâncias

legais de cancelamento dos encargos que incidem sobre bens sujeitos a registo, uniformizar critérios de cálculo dos emolumentos divididos durante os actos de escritura e de registos comerciais.

É igualmente objecto de discussão os desafios de combate à fraude a que os serviços se sujeitam.

Dados divulgados no primeiro dia do encontro referem que em 2015 foram arrecadados 286.372.728,11 meticais, em resultado da lavra de 6.310.952 actos, contra os 5.526.394 inicialmente planificados.

Este empenho permitiu à Direcção Nacional de Registos e Notariado obter 40 milhões de meticais de fundos próprios, contra os 7 milhões de meticais do ano anterior.

A Governadora de Cabo Delgado, Celmira da Silva, que foi convidada de honra ao evento, disse aos presentes que o Governo que dirige se tem esforçado no sentido de melhorar as condições de trabalho dos serviços de registo e notariado com a abertura e reabilitação das conservatórias de Pemba, Namuno, Macomia, Mocímboa da Praia e Palma.